

O ENSINO DA LIBRAS E REFLEXÕES SOBRE OS MATERIAIS DIDÁTICOS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA)¹

Everton Pereira da Silva²

RESUMO

A língua de sinais é uma língua natural pertencente à comunidade surda de todo mundo e a LIBRAS aos surdos do Brasil cuja função é de estabelecer a comunicação e interação entre os membros desta comunidade. O presente artigo resulta de uma pesquisa inserida num projeto apoiado pela FAPESB e visa refletir sobre a metodologia de ensino de LIBRAS em São Francisco do Conde (BA) e que sirva de orientação para educação de surdos do país com o objetivo de propor materiais didáticos possíveis que possam melhorar cada vez mais a qualidade do ensino. É uma pesquisa de caráter exploratória-descritiva que teve como base experimental observações por meio de diversos debates em que foram analisadas as questões referentes ao estudo da população e fenômenos e desta forma chegando à conclusão de que não basta somente existir leis disponíveis em favor do surdo; é necessário a formação adequada de profissionais e professores de LIBRAS, assim como a elaboração de materiais que possam atender a realidade local da pessoa surda. A inclusão passa necessariamente pelo compartilhamento e integração do surdo na vida em sociedade e sem discriminação ou qualquer outra forma de negligência. Conclui-se ainda que a criatividade do professor é fundamental na criação de materiais didáticos que se aproximam à realidade do aluno surdo.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Material didático - São Francisco do Conde (BA). Surdos - Educação - São Francisco do Conde (BA).

ABSTRACT

Sign language is a natural language belonging to the deaf community around the world and LIBRAS to the deaf in Brazil whose function is to establish communication and interaction between the members of this community. This article is the result of a research inserted in a project supported by FAPESB and aims to reflect on the methodology of teaching LIBRAS in São Francisco do Conde (BA) and that it serves as a guide for the education of the deaf in the country with the objective of proposing possible teaching materials that can increasingly improve the quality of education. It is an exploratory-descriptive research that was based on experimental observations through several debates in which issues related to the study of the population and phenomena were analyzed and thus reaching the conclusion that it is not enough just to have laws available in favor of the deaf; adequate training of professionals and LIBRAS teachers is necessary, as well as the development of materials that can meet the local reality of the deaf person. Inclusion necessarily involves the sharing and integration of the deaf in life in society and without discrimination or any other form of negligence. It is also concluded that the teacher's creativity is fundamental in the creation of teaching materials that approach the reality of the deaf student.

Keywords: Brazilian Sign Language. Deaf - Education - São Francisco do Conde (BA). Didactic material - São Francisco do Conde (BA).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane.

² Graduado em Administração pela Faculdade Regional de Filosofia Ciências e Letras de Candeias (BA). Especialista em LIBRAS pela UNINTER/FACINTER - BA (2012). Graduando na Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre o ensino de uma língua é de extrema relevância para a nossa sociedade se entendermos a língua como um dos instrumentos mais importante para o estabelecimento da comunicação entre os seres humanos. A linguagem humana é a mais complexa que a linguagem animal que é composta por sons (cantos, gritos, chamados, trinos, mugidos, etc.), expressões faciais, mudanças na pelagem ou plumagem, cor ou formato do corpo, tal como Benveniste (1995) advoga. Contrariamente a língua que se manifesta por repetições, a linguagem humana é variável, consegue referenciar o presente, o passado e o futuro, é decomponível, há diálogo resultado de diversos discursos e gêneros textuais, os conteúdos são ilimitados e consegue explicar situações abstratas (MUSSALIM, 2009).

Sabe-se que a língua é abstrata e é uma construção social que se materializa por meio da fala/escrita/sinal. Saussure define a língua como um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, 2006). Não existe uma língua natural sem gramática que organiza o sistema linguístico. Não existe uma língua natural incapaz, pobre e difícil.

Todo falante é competente na sua língua materna, o importante é saber usar sua comunicação como forma de estabelecer relações. Normalmente, uma é privilegiada, a chamada padrão, e a outra conotada como não-padrão. Esta dada competência analisada na língua oral e escrita é direcionada e orientada devido aos comandos normativos.

O seio familiar é o primeiro espaço e socialização onde se adquire a língua. São os pais que ensinam a língua à criança, mesmo não sabendo nada sobre a classificação artificial (por ex. artigos, preposições, adjetivos, conjunções, substantivos, etc.). Quer dizer, a tarefa dos pais não é de dizer à criança que esta frase é uma conjunção coordenativa copulativa ou esta palavra é um adjetivo, masculino, singular, essa tarefa cabe à escola, é a escola que se interessa por esses conceitos. O espaço familiar interessa-se pela comunicação apenas, se houve comunicação na sentença “caneta azul, azul caneta”, então está conforme.

Por outro lado, a escola é o lugar da aprendizagem das línguas nas suas facetas mais profundas e de forma sistemática. Cabe à escola nomear os elementos que compõe as palavras, as frases e os discursos. Os professores de línguas são

especialistas indicados para desempenhar essa tarefa e urge a necessidade de formá-los para que possam atender as necessidades dos cursos. O português, por exemplo, mesmo sendo língua materna da criança em sala de aula deve aprender a norma da escola porque a língua de casa é diferente da língua da escola.

Na língua de sinais, que é objeto da nossa pesquisa, acontece o mesmo e desta forma existe a compreensão da escola entender a realidade sociolinguística do aluno e que haja professores que conheçam quais linguagens são predominantes naquele contexto para que essas crianças tenham oportunidades. Aprende-se a norma-padrão com o objetivo de alcançar as oportunidades/ vantagens que a vida em sociedade oferece. Esses argumentos se justificam pelo fato de que quem não aprende a norma prestigiada fica impedido de assumir espaços privilegiados da sociedade. Há uma exigência permanente dessa norma-padrão em vários setores (ex. entrevista de emprego ou assumir cargos de chefia numa determinada empresa).

Matricular uma criança surda num modelo de ensino regular é importante porque ela terá a oportunidade de interagir com os colegas. Por isso, a escola deve-se preparar metodologicamente para lidar com o aluno surdo. É necessário que a criança surda não fique excluída e deixada isolada num dos cantos da sala. O professor deve estar formado para lidar a realidade, daí a ideia da uma “pedagogia culturalmente sensível” na perspectiva de Bortoni-Ricardo (2009). Daí que se levanta a seguinte questão de partida: as escolas do ensino fundamental e médio estão preparadas metodologicamente para lidar com a criança surda? Quais os materiais construídos pela escola e pelo professor para atender o currículo local da criança surda? Avançam-se as seguintes hipóteses: a) as escolas não possuem materiais de ensino específicos que atendam as crianças e jovens surdos das escolas de São Francisco do Conde (BA); b) a formação dos professores não inclui a construção de materiais de ensino no currículo local que possa atender a realidade local do aluno; c) atender o surdo no espaço escolar participa na formação integral do aluno fazendo com que o estudante seja um profissional competente nas suas práticas cotidianas.

A pesquisa visa orientar quanto ao desenvolvimento e a criação de materiais para o ensino que facilitem o aprendizado da LIBRAS tanto para alunos surdos quanto ouvintes. Especificamente a pesquisa debate sobre as políticas da LIBRAS em São Francisco do Conde (BA), explica a importância da LIBRAS para a comunidade surda e propõe a elaboração de materiais didáticos que possam ajudar na aprendizagem. Ao conhecermos a LIBRAS percebemos o valor desta cultura que está por detrás da

comunidade de fala e nos possibilita compreender toda a trajetória surda até os dias atuais.

Os debates emergentes da presente pesquisa iniciam-se apontando para discutir sobre as políticas linguísticas da LIBRAS procurando o embasamento legal do ensino e da divulgação da língua de sinais no Brasil. Seguidamente, aborda-se a relevância da linguística aplicada no ensino da LIBRAS validando as teorias específicas para a comunidade surda. Para além disso, trouxemos debates da relevância da formação de profissionais e do professor como o elemento fundamental para o ensino com sucesso dos surdos no país. Um professor sem formação adequada constitui um encaço para sucesso do aluno surdo. Mas também, seria importante que houvesse investimentos não apenas na formação de professores e todos que fazem parte deste processo educacional, mas também em acervos de materiais didáticos que atendam plenamente a pessoa surda. Seguidamente, fez-se reflexões sobre de materiais didáticos possíveis para o ensino da LIBRAS em São Francisco do Conde (BA) nosso local da pesquisa. Terminamos a pesquisa apresentando as considerações finais e as referências utilizadas.

2 A LIBRAS E SUA POLÍTICA LINGUÍSTICA VIGENTE

A Libras é um língua natural, visual-espacial, com estrutura gramatical própria, autônoma e considerada a língua materna da pessoa com surdez (QUADROS & KARNOPP, 2004). Por essa razão, a LIBRAS é um poderoso símbolo de identidade para surdos, em parte por causa da luta para encontrar sua identidade em um mundo ouvinte que tradicionalmente tem desprezado sua língua e negado a sua cultura (PEREIRA, 2011, p.35). O ensino-aprendizagem da LIBRAS é recente e foi oficializado pela Lei Federal Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Desde os primórdios da sociedade humana, a comunidade surda foi sempre excluída, desprezada e impedida de progredir social, econômico, político e intelectualmente pela sociedade. Esta exclusão do surdo é quase mundial, havendo necessidade de desenvolvimento de 'políticas públicas e linguísticas' (TIMBANE & VICENTE, 2019) que favoreçam permanentemente o surdo.

A LIBRAS, sendo uma língua natural apresenta um sistema linguístico coeso que permite a comunicação plena, embora os falantes sejam excluídos e

compreendidos como deficientes (QUADROS; KARNOPP, 2004). Foi a partir da Lei Federal nº 10.436/2002 que o Brasil tomou consciência do ensino, difusão e valorização desta língua. Os políticos que participam do planejamento linguístico resistem na implementação da Lei Federal nº 10.436/2002 de tal forma que foi necessário que cada Município crie uma lei local para pressionar a implementação da Lei Federal. O município de São Francisco de Conde (BA) criou a Lei Municipal nº 540/2018 para que se cumpra a Lei Federal (10.436/2002). Essa lei municipal visa impulsionar o cumprimento dos preceitos da Lei Federal, porque em muitos momentos, as leis ficam no papel sem que haja o cumprimento nem a fiscalização do cumprimento. Muitos vereadores, deputados e senadores participam na determinação das leis, assim como na sua aprovação, mas em nenhum momento se interessam pela fiscalização do cumprimento das mesmas.

A nossa sociedade aprendeu que o surdo é deficiente, é incapaz e é limitado de tal forma a que não pode estar em nível de igualdade socialmente com ouvinte. Mesmo com a aprovação de Leis, Decretos e outros documentos legais que autorizam o ensino e difusão da língua e da cultura surda, a sociedade e a escola resistem em desenvolver projetos que visam catapultar um ensino-aprendizagem de qualidade que faça com que o surdo atinja níveis e posições sociais elevados. Os editais de emprego, os acessos aos bens econômicos, o acesso às faculdades, os acessos à política não acompanham as leis previamente estabelecidas. Falta em muitos momentos a inclusão do surdo na vida social, econômica e cultural e encará-lo como 'normal' porque ser surdo não é ser deficiente.

Ensinar e divulgar a LIBRAS e sua cultura é proporcionar a inclusão (BRASIL, Lei Federal nº 5.626/2005), é ser humanista e é, sem sombra de dúvidas, imergir num mundo cultural bem diferente. Se conhecermos o outro, então fica fácil lidar com ele e compreendê-lo de forma plena. Nesse sentido, a motivação para a presente pesquisa se prende ao fato de que a LIBRAS é a língua oficial de comunicação e expressão da comunidade surda do Brasil e de ensino como L1 para surdos e L2 para ouvintes na cidade de São Francisco do Conde (BA), segundo a Lei Municipal nº 540/2018. Sendo uma língua oficial é importante que a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, Bahia), a sociedade civil sanfranciscana apoiem essa política para que cada vez mais possamos contribuir para a melhoria da sociabilidade no município.

Entende-se que o conhecimento teórico da metodologia de ensino é importante, mas é necessário o domínio prático da LIBRAS, pois o domínio de toda língua está relacionado ao seu uso corrente e prático. Assim, o ensino da LIBRAS em escolas municipais e estaduais de São Francisco do Conde reduzirá o preconceito enraizado na sociedade. Aprender uma língua é ao mesmo tempo aprender a cultura de um povo (CAMARA JR., 1955), então o ensino constitui um momento de aprendizagem da cultura surda que ainda é pouco conhecida e compreendida pela sociedade. É importante trazer debates sobre os conceitos de política e do planejamento linguísticos, ensino-aprendizagem e materiais de ensino que constituem palavras-chave do presente artigo.

Entendemos por Política Linguística a(s) decisão/decisões voltada(s) para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outros (SEVERO, 2013, p.452). Então, o conjunto das leis/decretos/regulamentos municipais, estaduais e federais inserem-se na política linguística.

Por outro lado, o planejamento linguístico é a aplicação prática das decisões da política linguística (CALVET, 2007). No planejamento, por exemplo, uma língua passa a ser ensinada ou utilizada como meio de comunicação em documentos oficiais do Estado. Geralmente a política linguística se faz por meio de um planejamento resultante das demandas da sociedade. Uma vez que a LIBRAS não é uma língua universal (GESSER, 2009) precisa ser descrita, organizada e ensinada pelos membros da comunidade de fala.

A LIBRAS, segundo Carmozine e Noronha (2012), recebeu a primeira consideração por meio da Declaração Universal de Direitos Linguísticos (1996), e em 2002, por meio da Lei nº 10.436 foi reconhecida como a Língua reconhecida do Brasil. Essa decisão é da política linguística e o ensino que está decorrendo nas escolas municipais está no âmbito do planejamento. Em São Francisco do Conde a LIBRAS é reconhecida como primeira língua oficial de ensino, comunicação e expressão dos surdos e essa oficialização se deu por meio da Lei Municipal nº 540 de 19 de setembro de 2018, promulgada com intuito de favorecer que ela seja ensinada (obrigatoriamente) nas escolas da rede municipal, desde a educação infantil até os

níveis mais elevados do sistema educacional do município de São Francisco de Conde, a todos os alunos surdos (LEI MUNICIPAL nº 540/2018).

O que é importante a mostrar nesta seção é o fato de que a política e o planejamento caminham juntos. Determinar os usos de uma língua é fundamental, mas a aplicação prática carece de desafios porque envolve vontade política, as condições de infraestruturais e materiais didáticos. Pensar numa política linguística crítica é relevante para que as críticas construtivas impulsionem os ajustes na lei atizando a verificação do seu cumprimento. Produzir, aprovar e promulgar uma lei parece simples, mas a implementação, o cumprimento e a supervisão do cumprimento são momentos mais complexos.

Precisamos pensar numa política linguística que efetivamente resolva os problemas de preconceito linguístico, da exclusão das línguas minoritárias que se observam nas escolas brasileiras. Não basta falar de uma educação inclusiva sem que efetivamente haja um trabalho de base junto ao surdo respeitando a sua cultura e, sobretudo a língua que é o principal elemento da sua identidade. O Art.3º da Lei Federal 5.626/2005 defende que "...a LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." Não basta inserir a LIBRAS como disciplina curricular, é necessário oferecer condições para que haja uma criação e recriação de materiais que possam apoiar o ensino.

3 A LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DA LIBRAS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

A atividade docente é muito complexa uma vez que lida com o pensamento e com um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que combinados resultam em uma prática docente de sucesso. Ensinar uma língua é mais complexo ainda porque muitos aspectos da cultura se escondem na língua. Ser falante de uma língua como língua materna não dá garantia para que saiba ensiná-la de forma sistemática. O processo de aquisição de uma língua materna ocorre naturalmente e não somente a partir dos estímulos sonoros ou visuais, pois a criança pode construir o próprio

vocabulário. O ambiente familiar estimula o aprendizado e as crianças são geniais ao ouvir ou visualizar modelos e repeti-los constantemente ate executá-lo com perfeição, porém existe a autonomia em determinados momentos. Já na fase escolar a criança tende a aprender a partir de estímulos e repetições. Daí que se diferencia a aquisição da aprendizagem. No seio familiar ocorre a aquisição e na escola a aprendizagem.

Muito antes de começar a falar, a criança está habilitada a usar o olhar, a expressão facial e o gesto para comunicarse com os outros. Tem também capacidade para discriminar precocemente os sons da fala. A aprendizagem do código lingüístico se baseia no conhecimento adquirido em relação a objetos, ações, locais, propriedades, etc. Resulta da interação complexa entre as capacidades biológicas inatas e a estimulação ambiental e evolui de acordo com a progressão do desenvolvimento neuropsicomotor. (SCHIRMER; FONTOURA e NUNES, 2004, p. 96).

O desenvolvimento da linguagem acontece a partir de fatores internos e externos, pois a parte cognitiva da criança ainda está em processo de maturação em que cada aprendiz irá assimilar de maneira distinta, subjetiva e com as interações presentes.

[...] tratar o que se tem chamado de desenvolvimento da linguagem como processo de subjetivação coloca em questão o processo de aquisição de linguagem como aquisição de um conhecimento sobre a língua quanto o pressuposto de que esse conhecimento adquirido implique em desenvolvimento. Falar em processo de subjetivação significa colocar a anterioridade lógica da linguagem relativamente a um corpo pulsional que é por ela capturado e significado. (DE LEMOS, 2000, p. 3 e 4).

O professor deve ter intuição, isto é, “a habilidade de se adaptar às circunstâncias, de perceber as relações entre aspectos teóricos e o que acontece na sala de aula, de identificar num conjunto complexo de variáveis aquela que pode influir na aprendizagem de um determinado traço lingüístico são, a meu ver, indícios da intuição.”(LEFFA, 2016, p.77). Além disso, Leffa defende que o professor deve ter paixão naquilo que faz. Só assim é que será criativo e procurará novos recursos metodológicos para que o seu aluno aprenda mais. Segundo Leffa, “quando temos paixão podemos mais facilmente mudar as coisas que nos cercam, e que não nos agradam, do que ser mudado por elas.” (LEFFA, 2016, p.79).

O professor precisa ficar atento às ‘necessidades’ dos seus alunos. O professor deve investigar o que eles gostam ou ainda a forma como eles gostariam de aprender. Uma conversa franca entre o professor e os alunos contribui para identificar as

‘necessidades’ dos alunos. Desse modo, o professor criará materiais de ensino que atinjam os estilos de aprendizagem (**Visual**: revela-se em ações relacionadas à visão, como observar e ler; **Auditivo**: diz respeito a ações relacionadas à audição, como ouvir e falar; **Cinestésico**: envolve a cinestesia, percepção de tato e movimento, expressando-se em atividades como sentir e tocar.). Sabemos que os alunos não aprendem todos com a mesma metodologia. Muitas crianças gostam de aprender brincando. nesse caso o professor pode criar brincadeiras ou ao menos condições para que esses alunos aprendam brincando. É o professor quem deve incluir as matérias científicas nas brincadeiras, daí a importância da criatividade. É o professor quem deve inserir nas brincadeiras dos alunos os conteúdos científicos. É interessante salientar que

a auto-reflexão da prática docente deve ser contínua porque o professor pode ter a oportunidade de replanejar suas aulas, de trabalhar com o contexto escolar em geral, propiciando-lhe uma autonomia que lhe permita refletir sobre as crenças e assumir posicionamentos, para que possa conscientizar-se do que é ou não necessário ser reprovado (BURGEILE, SILVA & MELO, 2009, p.187).

Por outro lado, o professor pode motivá-los para as brincadeiras, bastando que ele seja criativo. O professor sozinho não resolve todos os problemas de aprendizagem dos alunos, ele precisa de ser amparado pela escola e pela família do aluno. Nessa perspectiva, Timbane e Ferreira afirmam que “tanto a família quanto a escola se empenham na transmissão do conhecimento, na transmissão de valores e atitudes que visam formar um cidadão pleno que assuma as responsabilidades de dar continuidade à normalidade da espécie humana”. (TIMBANE e FERREIRA, 2019, p.211).

Mas isso depende da valorização do professor e da relação entre a escola, os pais e as políticas educacionais. Timbane e Ferreira (2019) mostram que os objetivos da escola e da família se complementam e visam a formação de um cidadão crítico e de amplas visões sobre o mundo. Sendo assim, as duas instituições não podem se distanciar havendo uma necessidade constante de aproximação. Muitos pais só se aproximam da escola quando são convocados pela equipe pedagógica. Acreditamos que a família deve participar na escolha dos conteúdos oferecidos pela escola, a escolha desses conteúdos não podem ser feitas de cima (Ministério da Educação) para baixo (aluno/família), mas sim de baixo para cima. Em países

democráticos quando se trata de educação a escola ouve bastante os desejos da família e estabelece assim uma parceria entre família e escola. Não adianta ensinar a criança um conjunto de conhecimentos que não serão úteis para a comunidade ou para sociedade em que o aluno está inserido. Por outro lado, a qualificação dos professores de português e de LIBRAS

deve ser a preocupação prioritária não só das autoridades governamentais, mas também de todos quantos têm alguma responsabilidade na Educação, Ensino e Cultura da massa estudantil. Afinal, toda a nossa vida intelectual, alimentação e desenvolvimento cultural só é realizável por meio da língua. (LUFT, 2007, p.127).

Ensinar uma língua é ao mesmo tempo oferecer oportunidades. No que diz respeito a LIBRAS, a nossa sociedade ainda não criou bases para que a LIBRAS seja referência. Isso acontece porque ainda há preconceito, é por essa razão que o acolhimento de pessoas surdas em empresas e nos principais centros de poder é deficitário. Acreditamos que a Libras deveria ser reconhecida com o mesmo status da língua portuguesa, que é de língua oficial do país, e que a luta por esse reconhecimento deve ser incentivada.

A contratação de profissionais que são fluentes em LIBRAS seria um primeiro passo. Não é por acaso que defendemos que haja interpretes ou falantes de LIBRAS em todos os setores da sociedade. No hospital, o médico deve ter noções de LIBRAS para ajudar o paciente surdo que lá chegar, porque se assim não for, como o médico entenderá a explicação da dor do surdo? Na política, o delegado deve ter noções de línguas usadas na comunidade que atende para entender as mensagens de um Boletim de Ocorrência de qualquer cidadão que lá chegar. No atendimento aos cidadãos nos ministérios, nas secretarias de qualquer instituição deveria ter um intérprete disponível para auxiliar o surdo no atendimento. Investir na conscientização é tarefa do Estado e esse é o papel das políticas públicas, não basta apenas criar leis é preciso acompanhar sua plena execução, caso contrário, essas leis estão apenas no papel.

A escola ensina a ler e a escrever. A escrita da LIBRAS deve ser aprendida como por exemplo (a Elis) e dentre outras escritas de sinais presentes no território nacional. Mas também a escrita do português também. Por isso mesmo, o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores

para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa. (Art. 13, LEI FEDERAL nº 5.626/2005).

4 REFLEXÕES SOBRE DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DO ENSINO DA LIBRAS EM SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA)

Iniciamos esta parte dando enfoque na importância dos materiais de ensino da Libras. Todo professor precisa ser criativo e ativo na elaboração desses materiais para diversificar as atividades que possam motivar os alunos. O interesse não parte dos alunos, mas sim do professor que precisa mostrar as vantagens de aprender a língua. Quem deve mostrar a relevância de aprender uma língua é o professor. É o próprio professor que deve criar materiais que estimularão a aprendizagem. Leffa (2016, p.106) afirma:

Para que a aprendizagem ocorra é também necessário que o material entregue ao aluno esteja adequado ao nível de conhecimento do conteúdo a ser desenvolvido. O que o aluno já sabe deve servir de andaime para que ele alcance o que ainda não sabe. Ninguém aprende algo que é totalmente conhecido e nem algo que seja totalmente novo. A capacidade de acionar o conhecimento prévio do aluno é uma condição necessária para o sucesso de um determinado material.

Para a realização desta pesquisa foram disponibilizados três cursos de LIBRAS (cursos básico) para estudantes da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Cada aula apresentou a duração de 2h. Os cursos tinham como objetivo observar e experimentar metodologias de ensino de Libras (curso inicial) e a criação de materiais. Fizeram parte da pesquisa 60 estudantes da UNILAB. Para o desenvolvimento das aulas criamos materiais que foram utilizados no decorrer do curso. Vale salientar que a criação de materiais foi um desafio. Leffa argumenta que

A produção de materiais de ensino é uma área essencialmente prática. A teoria é importante na medida em que fornece o suporte teórico necessário para justificar cada atividade proposta, mas subjaz à atividade, podendo ou não ser explicitada. Quem prepara o material precisa ter uma noção bem clara da fundamentação sobre a qual se baseia, mas vai concentrar todo seu esforço em mostrar a prática, não a teoria. A teoria trabalha nos bastidores; a prática é o que aparece no palco. Um bom trabalho de bastidores dá

segurança ao que é apresentado, permitindo inovações e até ousadias (LEFFA, 2016, p.115).

Os profissionais da educação inclusiva precisam aplicar a 'pedagogia da diversão', pois as brincadeiras e desafios fazem parte da vivência das crianças, de modo geral, independente de suas especificidades.

A exploração, desafios e a interatividade fazem parte do processo de aprendizagem e segundo Kishimoto (2005), "o valor experimental: deixa que as crianças explorem e manipulem os brinquedos; valor da estruturação: dá suporte à construção da personalidade infantil; valor da relação: oportunizar a criança a interagir com seus pares e com adultos, com os objetos e o ambiente em geral; valor lúdico: verificar se os objetos estimulam a ação lúdica".

As replicações, reproduções, adaptações e criação de jogos pedagógicos de alfabetização e letramento para surdos é o caminho mais plausível para o bom desenvolvimento da pessoa surda inserida no processo de ensino-aprendizado de LIBRAS. O surdo necessita visualizar o mundo para que estabeleça um conhecimento amplo do cenário em que vive e a partir desta visão entender que sua língua materna sempre irá sobrepor à sua segunda língua, no caso do Brasil a Língua Portuguesa das modalidades oral e escrita como também fortalecer sua identidade surda em sua comunidade de origem.

De acordo com Carvalho e Pontes (2003), a brincadeira é uma atividade psicológica de grande complexidade, é uma atividade lúdica que desencadeia o uso da imaginação criadora pela impossibilidade de satisfação imediata de desejos por parte da criança. A brincadeira enriquece a identidade da criança, porque ela experimenta outra forma de ser e de pensar; amplia suas concepções sobre as coisas e as pessoas, porque o faz desempenhar vários papéis sociais ao representar diferentes personagens.

A partir das análises sobre as necessidades educacionais do surdo e a realização de adaptação de materiais pedagógicos para que o ensino-aprendizagem aconteça de maneira acessível passamos a pensar na produção de livros, vídeos e jogos em LIBRAS para que o surdo possa receber o atendimento de acordo com o que é descrito na legislação. Os materiais precisam ser analisados e utilizados-para que seja mensurada sua eficácia no desenvolvimento do aprendizado do surdo.

O livro vídeo em LIBRAS é uma maneira lúdica e criativa de contar histórias mais conhecidas pelo público ouvinte para que faça parte do acervo pedagógico de

educação especial daquele local. Existem vários modelos, mas a proposta é ser desenvolvido juntamente com os próprios surdos daquela comunidade. É uma maneira de valorizar os surdos e colocá-los acerca da sua realidade e assim possa contribuir para com o aprendizado coletivo, pois sabemos que toda língua apresenta sua variação e o surdo passa a contribuir mostrando quais variantes são utilizadas naquela região.

Os materiais didáticos a serem desenvolvidos e produzidos fazem parte de uma catalogação e seleção de modelos já existentes, porém sofrem aprimoramentos devido aos avanços das pesquisas na área da linguagem e avanços tecnológicos. Quando falamos de educação especial devemos salientar que muitos materiais didáticos necessitam de ser adaptados para o atendimento educacional especializado (CARMOZINE; NORONHA, 2012). Quanto à adaptação de materiais em LIBRAS precisamos nos atentar a competência linguística do aluno surdo para assegurar que ele seja atendido de acordo a suas características linguísticas específicas.

A educação bilíngue é importante por forma a que o aluno use a sua língua materna (LIBRAS: sinalizado e escrito-Elis) e o português escrito. Aprender o português escrito ajudará no acesso das informações divulgadas pelos ouvintes. Existe a necessidade do surdo saber ler e escrever também em português para amenizar as punições impostas pela sociedade (GESSER, 2012).

Com relação aos materiais didáticos de ensino de surdos é importante que sejam próximos da cultura e da realidade do aluno. Aí entra em jogo o que chamamos de currículo local. Esses materiais irão suprir as necessidades educacionais do público surdo e trarão o progresso e desenvolvimento intelectual do surdo na sua realidade. Através da adaptação de materiais didáticos, o profissional da educação, de maneira geral, poderá atender de forma igualitária as necessidades de ensino dos seus discentes.

A criação de jogos adaptados para LIBRAS também é muito relevante. O desenvolvimento do baralho em LIBRAS, por exemplo, fará com que surdos e ouvintes possam interagir no contexto escolar como também no social, pois servirá de um método de aprendizado independente. A utilização do material didático de LIBRAS é ainda uma ferramenta muito relevante e eficaz para o ensino, tanto de alunos ouvintes quanto para os surdos, porém, é necessário que haja inovações para que o aprendizado seja construído de maneira mais harmoniosa possibilitando boas experiências acerca das práticas com a língua. Existe uma multiplicidade de métodos

para o ensino-aprendizado de Libras como primeira língua para surdos e como segunda língua para ouvintes. Essa introdução precisa acontecer de forma interativa e planejada para que os alunos surdos e ouvintes possam praticar e compartilhar seu conhecimento adquirido a partir desse aprendizado.

Um jogo interessante para facilitar o ensino de LIBRAS tanto para ouvintes quanto para surdos é o baralho de LIBRAS e Língua Portuguesa que consiste em três tipos de baralhos que são: de imagens, de sinais e de nome. O jogo é dinâmico e faz com que os jogadores tentem encontrar os sinais, nomes e imagens correspondentes à carta que está na mão no adversário. Pode-se estabelecer pontuação por tempo ou dificuldade encontrada durante o jogo. E isso torna o jogo mais competitivo e divertido, pois os participantes irão treinar seu vocabulário em ambas as línguas materna e segunda fazendo com que a interatividade entre os jogadores aconteça de maneira natural.

O intuito do jogo não é somente jogar e vencer, mas construir relações entre as línguas fazendo com que o processo de ensino-aprendizado de ambas as partes sejam estabelecidas e concretizadas. Neste jogo, o interessante é que a comunicação entre os jogadores acontecerá de maneira natural.

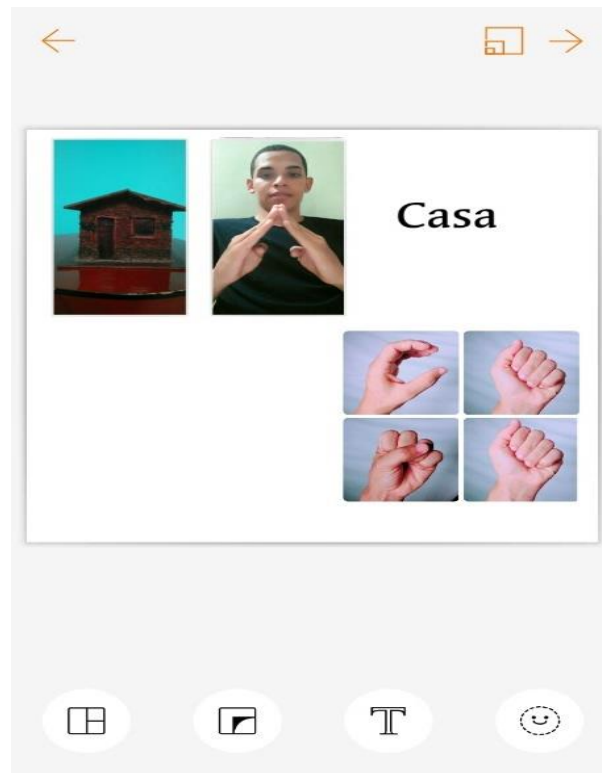
Figura 1 - Baralho bilíngue

Baralho bilíngue LS LP



O baralho bilíngue consiste em uma adaptação feita do baralho tradicional utilizado para jogatina, porém, o objetivo é para o ensino de sinais da LIBRAS, datilologia e ensino da língua portuguesa tanto para pessoas surdas como ouvintes. A estrutura do baralho é constituída da imagem do objeto em questão, sinal do objeto e a escrita na língua portuguesa. O jogo pode ser administrado por regras ou não. Uma das formas de práticas deste jogo é adivinhar a carta que está na mão da outra pessoa enquanto a mesma sinaliza ou faz a datilologia da carta. Existem diversas formas de ensino da L1 e L2, a criatividade dependerá dos educadores e/ou facilitadores educacionais, isso irá depender das práticas e abordagem pedagógicas utilizadas no âmbito educacional.

Figura 2 - Utilização pedagógica do baralho bilíngues



Fonte: Elaboração própria

Observe-se na imagem 2(acima), um exemplo simples da utilização pedagógica do baralho bilingue. Temos a imagem de uma casa, em seguida o sinal em LIBRAS e logo após a datilologia da palavra casa. A depender do público alvo, das necessidades educacionais específicas ou intenção pedagógica, esta sequência pode variar para facilitar o atendimento e o processo de ensino-aprendizado de pessoas surdas e ouvintes.

Com o avanço tecnológico e o acesso à internet cada vez mais fácil, é preciso desenvolver métodos de ensino cada vez mais inovador para que possamos acompanhar as demandas das novas gerações. Pensando nesse panorama resolvemos produzir livros com diversos conteúdos adaptados para LIBRAS os quais passaram a fazer parte do acervo pedagógico da educação especial em São Francisco do Conde (BA). Esses livros foram elaborados com o objetivo de alfabetização e ensino de LIBRAS a partir do Qr code ou código Qr.

Segundo Coelho (2013, p.437 Apud LIMA, FALKEMBACH, TAROUCO, 2014) “O QR Code consiste de um gráfico 2D de uma caixa preto e branca que contém informações pré-estabelecidas como textos, páginas da internet, SMS ou números de telefone. Este conteúdo pode ser lido por meio de aparelhos específicos para este tipo de código ou de aplicativos instalados em celulares. Neste caso, a câmera do aparelho é usada para fazer a leitura do código”. Assim então, podemos desenvolver livros que ao apontar a câmera do aparelho celular com internet o usuário passará a ser direcionado à uma página em que o conteúdo do livro será interpretado com auxílio de um interprete de LIBRAS.

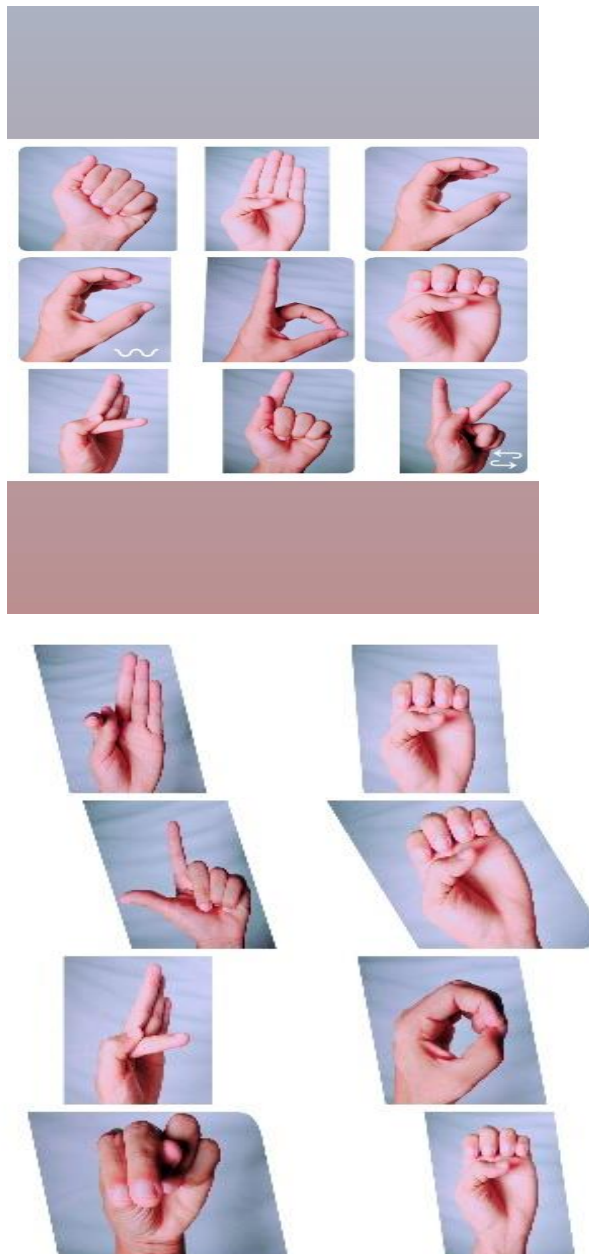
Figura 3 - A tecnologia no ensino de LIBRAS



Fonte: Elaboração própria.

Neste exemplo devemos ressaltar a necessidade da tecnologia para o ensino de LIBRAS. O livro-vídeo em LIBRAS irá facilitar o processo de ensino-aprendizado de surdo através do acesso aos diversos assuntos de disciplinas a partir de um celular com internet. O QR code é atualmente é uma ferramenta bem utilizada no compartilhamento de diversas informações. Na imagem acima temos o seguinte questionamento em LIBRAS. – *Oi! Você quer aprender sobre diversos assunto?* Aponte a câmera do seu celular para esse QR code. Assim, a pessoa surda irá acessar uma videoaula sobre o assunto escolhido em sua língua LIBRAS.

Figura 4 - Ensino do alfabeto manual e datilologia



Fonte: Elaboração própria.

A imagem acima mostra um dos diversos assuntos que estarão na plataforma de ensino do Livro-vídeo em LIBRAS: O Ensino do alfabeto manual e datilologia. Quando se trata de inovação e tecnologia o ensino também precisa se adaptar aos novos formatos pedagógicos. A educação especial está passando por um processo de visibilidade devido as reivindicações das pessoas com deficiência e/ou diferenças linguísticas. O atendimento educacional especializado proporciona práticas pedagógicas compatíveis as necessidades educacionais dessas pessoas.

Falando sobre “Ferramentas tecnológicas no ensino de LIBRAS”, Corrêa, Silva e Batista (2019) defendem que as tecnologias digitais são aliadas para o ensino de surdos, especialmente o *Youtube* e *Whatsaap*. Mas é necessário que professor saiba utilizá-las. As autoras citadas mostram que os recursos tecnológicos utilizados por meio de dispositivos como celulares, tablet, smartphones, etc são aliados importantes para o ensino de línguas. Esses recursos diminuem as barreiras para a comunicação entre pessoas situadas geograficamente distantes, com o uso do texto escrito, do áudio, do vídeo ou a combinação de todos. O professor criativo pode aproveitar esses recursos para criar materiais didáticos de uso em sala. Rocha, Lima e Queiroz (2018) na pesquisa “Tecnologias para o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Uma Revisão Sistemática da Literatura.” Mostram diversos programas informáticos que são úteis para o ensino de LIBRAS. Vejamos alguns exemplos:

Quadro 1 - Algumas tecnologias do ensino-aprendizagem de LIBRAS

Aplicativo/ software	Objetivo da tecnologia	Classificação	Conteúdo multimídia	Plataforma utilizada
Hand Talk e ProDeaf	Tradução	Tradutor Português LIBRAS	Avatar 3D	Plataforma Móvel
ELRA	Propor o ensino-aprendizagem do alfabeto em LIBRAS.	Ambiente de aprendizagem.	Modelagem 3D + Realidade Aumentada	Desktop (Web)
Luz, Câmera, LIBRAS! (LCL)	Ensino de LIBRAS	Jogo	Vídeos	Plataforma Móvel
Web Navigation Helper	Ensino de LIBRAS	Ambiente de aprendizagem	Imagens e Vídeos	Desktop (WEB)

Fonte: Rocha, Lima e Queiroz (2018, p.51-51)

A diversificação das atividades motiva os alunos e as aulas não tornam monótonas. “As Tecnologias da informação e comunicação (TIC) vêm sendo amplamente utilizadas em ambientes escolares para possibilitar a extensão do ensino. Existem, em diversos cenários, aplicações voltadas para pessoas que apresentam deficiência ocular, dificuldades de aprendizado, deficiência auditiva, entre outros. As aplicações buscam, principalmente, ser um meio facilitador de aprendizado para essas pessoas. (ROCHA, LIMA E QUEIROZ, 2018, p.43).

O campo da linguística reconhece as diversidades linguísticas presentes em nossa sociedade e as pesquisas apontam para um acolhimento mais significativo da LIBRAS nos variados ambientes da nossa sociedade. A facilitação desta prática começa pela educação e o ensino de LIBRAS poderá com certeza trazer o acesso à inclusão de qualidade não somente para pessoas surdas, como também a integração de pessoas com necessidades especiais e estabelecer o atendimento especializado e execução dos direitos da Lei Brasileira da Inclusão (Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015) e as leis de LIBRAS.

O ensino está em constante transformação e a inclusão é um desafio complexo, pois mobiliza de maneira geral as práticas pedagógicas, formação de profissionais, adaptabilidade dos recursos pedagógicos, e ensino da língua em questão. Sensibilizar a sociedade também é necessário, pois com isso o acolhimento social trará motivação a pessoa surda estimulando essa pessoa a buscar conhecimento.

Cada vez mais encontramos surdos e surdas em ambientes pelos quais no passado não havia acessibilidade ou interesse ocasionado pela exclusão e atualmente podemos observar que as universidades, faculdades, salas de aula, cinemas, teatros, shows musicais etc. Com essa realidade eminente podem ter a certeza que as leis estão se cumprindo e os principais produtos de integração e interação de uma comunidade é a base da convivência e relações sociais e, é também, por meio da educação que essas relações acontecem e os valores interacionais são estabelecidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva exige das escolas regulares e dos profissionais da educação uma formação do professor com formação para o ensino de Libras. O

Estado Brasileiro deve estabelecer políticas públicas que ajudem na inclusão da comunidade surda em todos os sistemas de ensino, assim como a formação de professores aptos para atender essa minoria populacional excluída. A criação de materiais didáticos é uma tarefa difícil, necessita da colaboração de todos os profissionais envolvidos no processo educacional dando assim todo o suporte para que o docente possa detectar as necessidades educacionais e assim contribua de maneira decisiva adaptando esses materiais à realidade e a variedade local da língua.

Da pesquisa se conclui que ensinar LIBRAS não é tarefa do professor de LIBRAS apenas, mas comunidade surda que tem uma palavra a dizer da sua própria língua. Por isso as interações por meio das redes sociais e do contato face a face são fundamentais para aquisição da língua. Gesser (2012, p.23) chama esse fenômeno de caminho de mão dupla e com várias bifurcações e atalhos. Por essa razão, sempre que possível é importante envolver e responsabilizar o falante na sua aprendizagem. Significa que o professor deve estar atento e preparado para fazer conexões não idealizadas entre a teoria e a prática (GESSER, 2012, p.23).

O docente de LIBRAS deve desenvolver o ensino-aprendizagem olhando para a competência linguístico-comunicativa (GESSER, 2012). O professor ouvinte e o docente surdo vivem ambientes e culturas diferentes. As línguas de sinais são de aquisição/aprendizagem visual e a sua produção é espacial e motora, fato que difere das línguas orais que usam como instrumento principal o som.

A escrita, (mantendo o distanciamento da sociolinguística), sendo artificial utiliza mecanismos convencionados e ordenados por lei (Acordo Ortográfico; gramática). Por exemplo, uma vez que os aprendizes ouvintes conhecem as letras do alfabeto da língua portuguesa, seria de esperar que fosse o aspecto mais fácil da LIBRAS para eles dominarem (PEREIRA et al., 2011, p.101). O que significa que usa novos padrões característicos da língua. Filho (2000) aponta a necessidade da valorização da cultura geral para que haja um leque crescente de oportunidades de trabalho (que cruzam com outras profissões e campos laborais). O autor defende a necessidade de aumentar a capacidade de uso competente da L1 (o português ou LIBRAS) para que haja uma produção do conhecimento novo na descrição das línguas e na compreensão dos processos de aprender e ensinar línguas, de traduzir, etc. (FILHO, 2000).

Segundo Corrêa, Silva e Batista (2019) cabe ao professor ensinar a língua de modo que o estudante seja estimulado a interagir com surdos, o docente precisa ainda

realizar atividades que se conscientize dos limites do uso da sua produção nesse sistema de comunicação. O acesso, e uso, desse aplicativo no contexto pedagógico oferece autonomia aos usuários/discentes, ou seja, possibilita que os discentes organizem o tempo de estudo, trabalhem em equipe, o que retoma a ideia de coletividade. Essa estratégia favorece ainda que os discentes produzam seus próprios materiais, como gravação de vídeos e que, a partir do compartilhamento desses, amplie a compreensão da língua, a interação com o grupo, além de favorecer a flexibilidade e aproximação maior entre o professor/aluno, aluno/aluno, em sala de aula. Corrêa, Silva e Batista (2019, p.5) acrescentam que “a partir do cruzamento dos sinais disponibilizados no tradutor automático **Hand Talk** os discentes podem desenvolver seu próprio acervo e produzir vídeos em LIBRAS, compartilhá-los pelo Whatsapp e ainda criar canais de divulgação de vídeos como o YouTube.”

Está claro para nós que não existe uma única língua de sinais no Brasil. As comunidades indígenas têm as suas línguas cujas características são diferentes das línguas de sinais da cidade. A título de exemplo dessas línguas de sinais pode-se citar pesquisas de Gomes (2020), Soares (2018), Silva e Quadros (2019). A Libras que é ensinada pelas escolas especiais e pela universidade (como UFSC, UFG) corresponde aquela que foi escolhida para atender uma realidade mais nacional. É um padrão aceito em todo Brasil. Estamos cientes ao fato de que há várias comunidades indígenas que têm suas línguas de sinais que não podem ser desprezadas: língua de sinais Kaapos (GOMES, 2020), língua Terena de sinais (SOARES, 2018), língua de sinais Sataré-Waré, língua de sinais Kaingang, língua de sinais Pataxó, língua de sinais de Caiçara, dentre várias outras que ainda estão sendo descobertas, descritas e estudadas (VILHALVA, 2009; SILVA e QUADROS, 2019).

Referências

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** 52.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

BENVENISTE, E. Comunicação animal e linguagem humana. In: BENVENISTE, E.(Org.). **Problemas de Linguística Geral I**. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 1995. p. 60-67.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005 de 22 de dezembro.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

BURGEILE, O; SILVA, D. S. da; MELO, M. N. As implicações das crenças do professor para o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. In: BURGEILE, O.; ROCHA, J. C. B.(Org.) **Estudos em linguística aplicada: multiculturalismo e ensino-aprendizagem de línguas.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.p.179-190.

CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola, 2007.

CAMARA JR. J. M. Língua e cultura. **Letras.** v.4, p.51-59, 1955.

CARMOZINE, M. M.; NORONHA, S. C. C. **Surdez e LIBRAS: conhecimento em suas mãos.** São Paulo: Hub Editorial, 2012.

CARVALHO, A. M. A.; PONTES, F. A. R. Brincadeira é cultura. In: A.M.A. Carvalho; C.M.C. Magalhães, F. A. R. Pontes; I. D. Bichara (Orgs.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca.** (pp.15-30). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CORRÊA, A. M. de S.; SILVA, E. K. S. da; BATISTA, A. G. Ferramentas tecnológicas no ensino de LIBRAS. **Anais do Congresso de Tecnologia na Educação.** p.1-13. Caruaru. setembro 2019.

DE LEMOS, C. T. G. **Desenvolvimento da linguagem e processo de subjetivação e interações.** Vol. V, núm. 10, junho-dezembro, 2000, pp. 53-72. Universidade de São Marcos. São Paulo. Brasil.

FILHO, J. C. P. de A. Crise, transições e mudança no currículo de formação de professores de línguas. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Org.). **Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn.** Florianópolis: Insular, 2000. p.33-50.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da realidade surda e da língua de sinais.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS.** São Paulo: Parábola, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- GOMES, E. O. Introdução histórica da língua de sinais kaapos. Revista em favor de igualdade racial. Rio Branco, v.3, nº1, p.33-41, ago./jan2020.
- GOMES, E. O. Introdução histórica da língua de sinais kaapos. **Revista em favor de igualdade racial. Rio Branco**, v.3, n.1, p. 33-41. ago./jan.2020.
- KISHIMOTO, T. M. (org.) **Jogo, brincadeira e a educação**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LIMA, Patrícia Roseane Borges de; FALKEMBACH, Gilse Antoninha Morgental; TAROUCO Liane Margarida Rockenbach. **Objetos de aprendizagem no contexto de m-learning**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p.431-447.
- LEFFA, V. J. (Org.). **Pesquisa em linguística aplicada: temas e métodos**. Pelotas: EDUCAT, 2006.
- LEFFA, V. J. **Língua estrangeira: ensino e aprendizagem**. Pelotas: Educat, 2016.
- LEI MUNICIPAL nº 540. São Francisco do Conde/BA. 19 de setembro de 2018.
- LUFT, C. P. **Ensino e aprendizado da língua materna**. São Paulo: Globo, 2007.
- MUSSALIM, F.. **Linguística 1**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.
- PEREIRA, M. C. da V. et al. **LIBRAS: conhecimentos além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.
- ROCHA, D; DAHER, D. C. Afinal, como funciona a Linguística Aplicada e o que pode ela se tornar? **D.E.L.T.A.**, 31-1, p. 105-141, 2015.
- ROCHA, P. S.R.; LIMA, R. W. de; QUEIROZ, P. G. G. **Tecnologias para o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Uma Revisão Sistemática da Literatura**. Revista Brasileira de Informática na Educação – RBIE.v.26, n.3, p.42-60.2018.
- ROJO, R. H R. Fazer linguística aplicada em perspectiva sócio-histórica: privação sofrida e leveza de pensamento. in: LOPES, L. P. da M. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p.253-276.
- SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA). Lei Municipal n.540/2018**. Reconhece como meio de comunicação objetiva e de uso corrente a LIBRAS e dispõe sua implantação como segunda língua oficial para surdos na rede Municipal de Ensino. São Francisco do Conde, 2018.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Rio de Janeiro: Cultrix, 2006.

SCHIRMER, C. R.; FONTOURA, D. R.; NUNES, M. L.. Distúrbios da aquisição da linguagem e do desenvolvimento. **J. Pediatr. (Rio J.)**. Porto Alegre, v. 80, n. 2, supl. p. 95-104. Abr. 2004. Acesso em 20 de janeiro de 2022. Disponível: [Sbp80-2-Supl-pdf.p65 \(scielo.br\)](https://scielo.br/p65)

SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Alfa**, São Paulo, v.57, nº2, p. 451-473, 2013.

SILVA, D. S. da; QUADROS, R. M. de. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil. **Brazilian Journal of development**. v.5, n.10, 2019.

SILVA, D.S. da; QUADROS, R.M. de. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 5, n. 10, p. 22111-22127 oct. 2019

SOARES, P. A. S. **Língua Terena de Sinais**: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha.2018.214p.Tese. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2018.

TIMBANE, A. A.; FERREIRA, L. B. A família, a escola e o aluno: quem ensina o que e para quê? in: JORGE, W. J. (Org.). **Abordagens teóricas e reflexões sobre a educação presencial a distância e corporativa**. Maringá: UNIEDUSUL, p. 2019. P.197-214.

TIMBANE, A. A.; VICENTE, J. G. Políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. v.2, n.4, p. 114-140, jul./dez. 2017.

UNESCO. **Declaração Universal de Direitos Linguísticos**. Junho de 1996.

VILHALVA, S. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes**: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso Do Sul. 2009. 137p. Dissertação. Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.